



Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 1977

ANO III

AVULSO

Emenda à Constituição do Estado

O Artigo 41, da Constituição do Estado do Paraná, fica acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

“ § . . . — É vedada a nomeação, para os cargos previstos nos §§ 3.º, 4.º e 5.º, de Governador de Estado, de Secretário de Estado, de Presidente e Diretor de Companhia de Economia Mista e de Empresa Pública nas quais o Estado tenha participação majoritária, de Superintendente de Fundação instituída pelo Poder Público Estadual, de Diretor de Autarquia, e de quem exerça qualquer cargo ou função que o torne responsável por bens ou valores públicos, até um ano após a cessação da respectiva investidura”.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(aa) Enéas Faria.

Apoiamento: Accioly Neto, Lúcio Machado, Lineu Turra, Jorge Sato, Nelson Buffara, Domício Scaramella, Quielse Crisóstomo, Waldenício Barbalho, Hélio Manfrinato, Fidelcino Tolentino, Muggiati Filho, Edilson Alencar, Trajano Bastos, Adalberto Daros, Renato Bernardi, Maurício Fruet, Del Ciel, Jayme Rodrigues Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende, ao propor a inclusão de um novo parágrafo ao artigo 41 da Constituição do Estado do Paraná, estabelecer um prazo mínimo que medeie entre a cessação do exercício de um cargo ou função pública, em decorrência do que seu titular manipule verbas ou recursos do Estado, ou que tenha sob sua responsabilidade bens e valores públicos, e, uma eventual nomeação para os cargos de Conselheiro e Auditor do Tribunal de Contas do Estado, bem como de Procurador do Estado junto a essa Corte.

Atualmente, consoante dispositivos constitucionais, o Conselheiro e o Auditor do Tribunal de Contas do Estado são nomeados “pelo Governador, depois de aprovada a indicação pela Assembléia Legislativa, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública.

“Por sua vez, o Procurador do Estado junto a esse Tribunal, integra quadro próprio vinculado à Secretaria da Justiça, sendo sua nomeação prerrogativa do Governador, observado para a

Nenhuma restrição existe para a nomeação de pessoas para tais cargos no que respeita ao anterior exercício de atividade pública que implique no fato de que contas sob suas responsabilidades virem, necessariamente, a ser apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Tem ocorrido e haverá de ocorrer — aliás com frequência e quase sistematicamente — que, exatamente, dentre os integrantes da Administração Pública é que se tem convocado os integrantes daquele órgão, nos mencionados cargos.

Há que se considerar que assim se procedendo se integrará aquela Corte, ao longo do tempo e mantida a prática, de cidadãos que, tendo sido responsáveis pela gestão de recursos públicos, pela natureza da nova função, teoricamente, serão os seus próprios apreciadores.

Evidentemente que, na prática, a ética e a moral, além de impedimento legal, os afastará da apreciação das suas respectivas contas. O que, entretanto, não afastará, certamente, o constrangimento que deve os tomar quando o fato, inapelavelmente, acontece. Constrangimento que poderá, ainda, alastrar-se aos demais componentes no instante em que tiverem de deliberar sobre a atuação anterior de um de seus pares.

O Tribunal de Contas do Estado, apesar da verificação de fatos dessa natureza, tem se havido exemplarmente no cumprimento de sua ação, encimando-se a essas questões. Todavia, nada obsta que se corrija a situação, aplicando-lhe uma nova norma que seja capaz de isentar os integrantes daquele órgão de situações como as expostas.

A Lei já estabelece, em sentido inverso, uma série de impedimentos a Conselheiros, Auditores e Procuradores, alguns até totais, como seja, a impossibilidade efetiva de o Conselheiro do Tribunal de Contas — em matéria eleitoral — de candidatar-se a cargo eletivo. Outros impedimentos os limitam também.

Aqui, o que se postula, inversamente, é estabelecer-se um impedimento anterior a investidura nesses cargos.

Razoável entender-se que o tempo de um ano entre a cessação de investidura e a nomeação, proporcionará condições para que deixe de existir o constrangimento apontado.

Afigura-se-nos, a iniciativa, fórmula capaz de, cada vez mais, se aperfeiçoar o Órgão que tanta importância e tamanha responsabilidade tem na vida pública do Estado.